



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCESSO SELETIVO - PGE

**EDITAL Nº 16/2025 – DIVULGAÇÃO DAS NOTAS DEFINITIVAS E JUSTIFICATIVAS PARA
MANUTENÇÃO/ ALTERAÇÃO DAS NOTAS PRELIMINARES DA PROVA DISCURSIVA**

A Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo - ESPGE, no exercício de suas atribuições, por este edital, para conhecimento dos interessados, torna pública a presente divulgação para informar o que segue:

1. DAS JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ ALTERAÇÃO DAS NOTAS PRELIMINARES DA PROVA DISCURSIVA

1.1. A Comissão de Concursos realizou a avaliação dos recursos interpostos pelos candidatos durante o período de 28/11 e 01/12/2025, decidindo o que consta no Anexo I deste edital.

2. DAS NOTAS DEFINITIVAS

2.1 As Notas Definitivas da Prova Discursiva encontram-se no Anexo II deste edital.

3. DOS ANEXOS

3.1. É parte integrante do presente edital:

ANEXO I – Justificativas para Manutenção/Alteração das Notas Preliminares;

ANEXO II – Notas Definitivas.

Vitória (ES), 15 de dezembro de 2025.

Dr. Alexandre Nogueira Alves
Presidente da Comissão Técnica Organizadora do Processo Seletivo

ANEXO I - Justificativas para Manutenção/Alteração das notas da Prova Discursiva

Peça Processual

1 - PROTOCOLO (10269459470) - INSCRIÇÃO (1026001600332)

ITEM 3 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Recurso deferido ante a verificação do atendimento dos elementos necessários para a atribuição da pontuação requerida.

2 - PROTOCOLO (10269459542) - INSCRIÇÃO (1026001583513)

ITEM 4 - NOTA 1,00 MANTIDA. Para o atendimento pleno do item o candidato deveria mencionar: (i) a presunção relativa da hipossuficiência; (ii) condição da autora como servidora pública com remuneração incompatível com a alegada hipossuficiência; e (iii) requerer o indeferimento da gratuidade, com intimação para recolhimento das custas iniciais, sob pena de extinção do processo. Apenas o ponto (ii) está presente na peça.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. A candidata tem direito à nomeação, visto que aprovada dentro no número de vagas.

ITEM 6 - NOTA 3,00 MANTIDA. Candidato não detalhou corretamente o fundamento jurídico. No caso, apenas há discricionariedade quanto ao momento da nomeação (dentro do prazo de validade do concurso). Todavia, a candidata tem direito à nomeação, posto que foi aprovada no concurso dentro do número de vagas previsto no edital. Não houve qualquer menção à jurisprudência.

ITEM 7 - NOTA 2,50 MANTIDA. A parte tem direito à nomeação. Para que lhe fosse atribuída pontuação integral no item, o candidato deveria abordar de forma clara e completa, conforme entendimento dos Tribunais Superiores, que a remuneração pressupõe o efetivo exercício do cargo, sendo vedado o enriquecimento sem causa.

ITEM 9 - NOTA 4,00 MANTIDA. Para que lhe fosse atribuída pontuação máxima no item, seria necessário abordar de forma clara e completa, mencionando o adiamento por biossegurança, fundamentando no entendimento do STF e explicando que se trata de fato extraordinário e imprevisível, que rompe o nexo de causalidade necessário à responsabilização do Estado, concluindo pela improcedência do pedido indenizatório. Não há qualquer menção ao rompimento do nexo de causalidade.

3 - PROTOCOLO (10269459778) - INSCRIÇÃO (1026001596723)

ITEM 4 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Deferido parcialmente, considerando que, embora não feita menção expressa à presunção relativa da declaração da hipossuficiência, sua indicação pode ser extraída das alegações apresentadas. Deixo contudo de atribuir nota máxima no item ante a ausência de requerimento de intimação para recolhimento das custas iniciais, sob pena de extinção do processo.

ITEM 6 - NOTA 3,00 MANTIDA. O(a) candidato (a) indica a adequada utilização dos termos afetos ao tema (oportunidade e conveniência), contudo, mencionados termos não se encontram na prova. A resposta apresentada encontra-se exatamente na delimitação de pontos atribuídos, em que o(a) candidato (a) reconhece que cabe à administração definir o momento da nomeação no prazo do certame, contudo, não aborda adequadamente os fundamentos jurídicos que balizam essa afirmação.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O(a) candidato (a) não abordou o tema. Não há que se falar em "decorrência lógica" da alegação de impossibilidade de "indenização de remunerações". O objeto é específico, promoções ou progressões funcionais, indevido mesmo diante de nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público.

ITEM 9 - NOTA 2,00 MANTIDA. Em momento algum o(a) candidato (a) fez menção aos entendimentos jurisprudenciais predominantes, indicando se tratar de fato extraordinário e imprevisível, apto a romper o nexo de causalidade exigido para responsabilização. Da resposta apresentada não se extrai nenhum dos fundamentos necessários para a pontuação pleiteada.

4 - PROTOCOLO (10269459819) - INSCRIÇÃO (1026001597429)

ITEM 1 - NOTA 4,00 MANTIDA. O texto apresenta erros gramaticais e de concordância, além de não atender plenamente na evolução do texto. Sendo assim, de acordo com o espelho o texto atendeu parcialmente.

ITEM 10 - NOTA 2,00 MANTIDA. O candidato cumpriu com dois pedidos constantes do espelho: (ii) condenação em custas e honorários e (iv) fechamento formal. Não há razão para alteração da nota.

ITEM 2 - NOTA 2,00 MANTIDA. O candidato deixou de observar aspectos essenciais na estrutura da peça.

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não abordou o tema.

ITEM 4 - NOTA 1,00 MANTIDA. O candidato cumpriu apenas com um dos elementos, razão pela qual fez jus a 1 ponto.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato respondeu a resposta de forma errada afirmando que a aprovação em concurso público não gera direito a nomeação (a questão envolvia candidato aprovado dentro do número de vagas) e não desenvolveu o texto corretamente concluindo por ausência ao direito a indenização, o que equivale a não abordar o tema, já que não apresentou resposta correta.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não abordou o tema.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não abordou o tema.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não abordou o tema.

ITEM 9 - NOTA 2,00 MANTIDA. Abordou o tema parcialmente sem atender a fundamentação do espelho.

5 - PROTOCOLO (10269460200) - INSCRIÇÃO (1026001614709)

ITEM 5 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Recurso provido.

ITEM 7 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 2,50. O candidato abordou o tema de forma incompleta, portanto a atribuição da pontuação parcial.

ITEM 8 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 2,50. Recurso provido parcialmente.

ITEM 9 - NOTA 2,00 ALTERADA PARA 4,00. Recurso provido parcialmente.

6 - PROTOCOLO (10269460204) - INSCRIÇÃO (1026001583072)

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. A pontuação atribuída ao item em apreço levou em consideração o fato de que o tópico n. 4 da peça contestatória apenas se refere, de forma sucinta e superficial, à ausência de direito subjetivo à nomeação e posse na vigência do prazo de validade do certame, sem fazer qualquer correlação ou menção ao entendimento doutrinário e jurisprudencial sedimentado no sentido da existência de direito subjetivo à nomeação e posse dos candidatos aprovados dentro do número de vagas do edital, cabendo à Administração Pública, no prazo de validade do certame, a prerrogativa discricionária (conveniência e oportunidade) de definir o melhor momento para a convocação dos candidatos. Portanto, efetivamente o(a) candidato(a) não abordou o tema, razão pela qual não há como atribuir nota.

7 - PROTOCOLO (10269460207) - INSCRIÇÃO (1026001574757)

ITEM 1 - NOTA 4,00 MANTIDA. Os pontos são destinados aos aspectos relacionados à Língua Portuguesa. A argumentação jurídica (fundamentação) foi avaliada de acordo com os demais itens do espelho. O alegado domínio satisfatório da norma culta adequa-se a atendeu parcialmente. Além disso, constam erros gramaticais no texto, razão pela qual a nota deve ser mantida.

ITEM 10 - NOTA 2,00 ALTERADA PARA 3,00. O candidato, ao realizar os pedidos, não diferenciou preliminar de mérito mas pediu a condenação em honorários e custas e fez o fechamento formal, razão pela qual faz jus a receber 3 pontos e não apenas 2 como concedido anteriormente.

ITEM 2 - NOTA 2,00 MANTIDA. O candidato não atendeu plenamente aos itens previstos para obter a pontuação máxima.

ITEM 4 - NOTA 2,00 MANTIDA. A nota corresponde ao que foi justificado. Não há razões para alteração.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. A chave de resposta exigia a resposta completa, conforme descrito abaixo. O candidato não abordou o entendimento dos Tribunais Superiores no texto.

ITEM 6 - NOTA 2,00 MANTIDA. A resposta na prova foi insuficiente e incompleta. Não há razão para alteração da nota.

ITEM 7 - NOTA 2,50 MANTIDA. O candidato não se manifestou conforme narra no recurso. Sua resposta limitou-se a diferenciar etapas do certame, ou seja, de forma extremamente insuficiente.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. o candidato não abordou o tema.

ITEM 9 - NOTA 2,00 MANTIDA. O candidato abordou de forma insuficiente, conforme espelho abaixo. Razões lançadas no recurso não são incluídas no texto da prova.

8 - PROTOCOLO (10269460209) - INSCRIÇÃO (1026001570787)

ITEM 4 - NOTA 1,00 MANTIDA. Embora o(a) candidato(a) tenha articulado a preliminar indicando que a autora não possui direito ao benefício da gratuidade de justiça, não abordou todos os requisitos do espelho de correção, tendo deixado de mencionar que a hipossuficiência corresponde a presunção relativa, bem como deixou de requerer a intimação da parte para recolhimento das custas, sob pena de extinção do processo.

ITEM 5 - NOTA 1,00 MANTIDA. A discricionariedade da Administração para nomeação do candidato ao certame no prazo de validade corresponde a outro item de correção, tendo sido devidamente avaliado e pontuado. No ponto destacado, o(a) candidato(a) deveria ter apontado a existência de direito subjetivo à nomeação da autora, dada sua aprovação em 1º lugar (dentro do número de vagas), para, na sequência da argumentação, ter desenvolvido a tese da discricionariedade quanto ao momento da nomeação.

ITEM 7 - NOTA 2,50 MANTIDA. Candidato(a) não abordou a questão de forma suficiente, à luz do espelho de correção, pois deixou de argumentar que o direito à remuneração pressupõe o exercício do cargo, sob pena de enriquecimento sem causa, limitando-se a alegar que não houve ato ilícito por parte da Administração.

ITEM 8 - NOTA 2,50 MANTIDA. Candidato(a) não abordou a questão de forma suficiente, à luz do espelho de correção, pois deixou de argumentar que a nomeação tardia, de acordo com o entendimento jurisprudencial, não tem eficácia retroativa, não gerando direito à promoções ou progressões funcionais anteriores ao efetivo exercício. Limitou-se a alegar que não houve ato ilícito por parte da Administração.

ITEM 9 - NOTA 4,00 MANTIDA. Candidato(a) não atendeu integralmente ao espelho de correção, eis que deixou de argumentar que o adiamento por biossegurança, na linha do entendimento jurisprudencial, configura fato extraordinário e imprevisível, que rompe o nexo de causalidade necessário à responsabilização do Estado.

9 - PROTOCOLO (10269460215) - INSCRIÇÃO (1026001571847)

ITEM 1 - NOTA 4,00 MANTIDA. Há erros de estrutura sintática nas orações construídas pelo candidato, o que impede a concessão da pontuação integral referente ao item. Ex: primeira oração do último parágrafo incompleta (o que por si já justifica a não concessão da pontuação integral).

ITEM 10 - NOTA 3,00 MANTIDA. Não houve pedido de acolhimento das preliminares, que sequer foram abordadas na peça.

ITEM 2 - NOTA 1,00 ALTERADA PARA 2,00. Para obter a pontuação completa no item seria necessário (i) endereçamento correto; (ii) preâmbulo com a qualificação das partes; e (iii) correta estruturação da peça, com a fundamentação subdividida em preliminares e mérito, pedidos e fechamento. O candidato não apresentou a fundamentação subdividida em preliminar e mérito. Reconhece-se, todavia, o acerto quanto aos elementos (i) e (ii), em que pese ter havido a indicação equivocada da Procuradoria do Estado do Espírito Santo como parte.

ITEM 3 - NOTA 0,00 MANTIDA. Malgrado o alegado, não há qualquer menção à forma de comunicação, ou que a mesma não tenha se dado de modo válido.

ITEM 4 - NOTA 0,00 MANTIDA. Não há qualquer menção ou argumentação contrária ao deferimento da gratuidade de justiça à parte autora.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. A autora foi aprovada dentro do número de vagas. Foi a primeira colocada.

ITEM 6 - NOTA 3,00 MANTIDA. O candidato não abordou de forma clara e completa, reconhecendo que, segundo a jurisprudência dos Tribunais Superiores, a prerrogativa da escolha do momento para a prática do ato é da Administração Pública, a ser exercida conforme conveniência e oportunidade, durante o prazo de validade do concurso e que, considerando que o edital é válido até 10/06/2026, a parte não tem direito à nomeação imediata, o que seria necessário para a concessão da pontuação integral no item.

ITEM 7 - NOTA 2,50 MANTIDA. O candidato não abordou de forma clara e completa, reconhecendo, conforme entendimento dos Tribunais Superiores, que a remuneração pressupõe o efetivo exercício do cargo, sendo vedado o enriquecimento sem causa. Logo, recebeu a pontuação parcial no item.

ITEM 8 - NOTA 2,50 MANTIDA. O candidato não Abordou de forma clara e completa, reconhecendo, conforme entendimento dos Tribunais Superiores, que a nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público, por meio de ato judicial, à qual atribuída eficácia retroativa, não gera direito às promoções ou progressões funcionais que alcançariam houvesse ocorrido, a tempo e modo, a nomeação. Logo, recebeu a pontuação parcial no item.

ITEM 9 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 2,00. É possível reconhecer no segundo parágrafo que o candidato abordou ainda que de forma insuficiente a inexistência de danos morais.

10 - PROTOCOLO (10269460237) - INSCRIÇÃO (1026001612619)

ITEM 10 - NOTA 3,00 MANTIDA. A pontuação atribuída ao item levou em consideração o fato de que nos pedidos não constam os requerimentos de condenação da parte autora no ônus da sucumbência, o protesto por produção de provas, tampouco o indeferimento da gratuidade de justiça (considerando que não foi apresentada em preliminar da peça contestatória). Assim, não há como atribuir nota máxima, como pretende o(a) candidato(a).

ITEM 2 - NOTA 2,00 MANTIDA. A pontuação atribuída levou em consideração o fato de que a impugnação à gratuidade de justiça não foi formulada em preliminar, como estabelece o art. 337, XIII do CPC, mas após o tópico referente ao mérito. Assim, do ponto de vista da estrutura formal da contestação, não há como atribuir nota máxima, como pretende o(a) candidato(a).

ITEM 9 - NOTA 4,00 MANTIDA. Não há como acolher o recurso do(a) candidato(a), pois a resposta apresenta quanto ao pedido de compensação por dano moral se refere à ausência de ilegalidade na conduta da Administração Pública em adiar o certame por força da pandemia de Covid-19, e na inexistência de dano moral indenizável. De feito, não faz menção ao entendimento firmado pelo E. STF (Tema 1347/RG) no sentido de que a pandemia é evento extraordinário apto a romper o nexo de causalidade. Note-se que a inexistência do nexo causal não se refere à ausência de violação a direito do candidato, como sustenta o recurso em apelo, mas sim por se tratar a pandemia de caso fortuito/força maior apto a irromper a relação de causa e efeito entre o dano e a conduta da Administração Pública. De toda forma, a resposta constante da prova não menciona o nexo causal, o que não pode ser inferido pela banca examinadora.

11 - PROTOCOLO (10269460240) - INSCRIÇÃO (1026001607581)

ITEM 9 - NOTA 2,00 MANTIDA. Após análise do recurso apresentado, esclarece-se que a pontuação atribuída ao item permanece inalterada. Embora o candidato tenha mencionado que o adiamento do concurso ocorreu em razão da pandemia de Covid-19 e dos protocolos sanitários dela decorrentes, tais elementos, isoladamente, não atendem aos critérios previstos na matriz de correção. Para a obtenção de pontuação superior, era necessário que a resposta explicasse que a pandemia se trata de fato extraordinário e imprevisível, apto a romper o nexo de causalidade exigido para a responsabilização do Estado. No texto apresentado pelo candidato, tais elementos não foram desenvolvidos, limitando-se a argumentação às razões de biossegurança e ao contexto fático da pandemia. Dessa forma, mantém-se a nota originalmente atribuída, porquanto compatível com o nível de abordagem efetivamente apresentado na peça processual.

Parecer

1 - PROTOCOLO (10269459442) - INSCRIÇÃO (1026001590029)

ITEM 7 - NOTA 2,00 MANTIDA. Após análise do recurso apresentado, esclarece-se que a pontuação atribuída ao item permanece inalterada. O candidato sustenta que o enunciado exigiria apenas a indicação objetiva sobre a submissão ou não das empresas estatais ao regime de precatórios.

Contudo, a questão foi clara ao determinar que se respondesse, necessariamente, aos quesitos, nos termos da Constituição Federal, da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da legislação federal aplicável. Dessa forma, não bastava a simples afirmação genérica de que as empresas estatais se submetem ao regime de precatórios. Era indispensável demonstrar o correto enquadramento constitucional e jurisprudencial, diferenciando-se empresas estatais prestadoras de serviço público essencial e sem atividade econômica em sentido estrito, que se submetem ao regime de precatórios, daquelas que exploram atividade econômica, que não se submetem a tal regime, conforme orientação reiterada do STF (ADPF 437). A resposta apresentada não desenvolveu essas distinções exigidas pelo enunciado, tampouco demonstrou conhecimento da jurisprudência aplicável, razão pela qual a nota atribuída está compatível com o nível de atendimento ao comando da questão. Assim, mantém-se a pontuação originalmente lançada.

ITEM 8 - NOTA 2,00 MANTIDA. Após análise do recurso apresentado, esclarece-se que a pontuação atribuída ao item permanece inalterada. O candidato sustenta que sua resposta contemplou os elementos essenciais sobre a possibilidade de exercício do poder de polícia por empresas estatais, bem como a necessidade de autorização legal e a possibilidade de aplicação de multas. Contudo, de acordo com a chave de correção, para a obtenção da pontuação integral seria necessário reconhecer não apenas a possibilidade de delegação, mas também indicar expressamente os requisitos jurídicos indispensáveis de acordo com a jurisprudência (STF, Tema 532, quais sejam: (a) capital público majoritário, (b) prestação de serviço público próprio, e (c) natureza não concorrencial da atividade, além da possibilidade de aplicação de sanções, como multas. A resposta apresentada não mencionou esses requisitos específicos, limitando-se a uma formulação genérica sobre autorização legal e exercício por empresas estatais. Assim, enquadra-se na hipótese descrita para 2 pontos, que contempla respostas que reconhecem a possibilidade de delegação, mas sem indicação adequada ou completa dos requisitos exigidos pela jurisprudência e pela chave de correção. Dessa forma, mantém-se a nota originalmente atribuída, por refletir adequadamente o nível de atendimento ao comando da questão.

2 - PROTOCOLO (10269459792) - INSCRIÇÃO (1026001596723)

ITEM 4 - NOTA 0,75 MANTIDA. O(a) candidato (a) não apresentou elementos essenciais para atribuição da nota pretendida.

ITEM 5 - NOTA 1,50 MANTIDA. O(a) candidato (a) afirmou expressamente que “a personalidade jurídica das empresas estatais são de direito público”, não havendo que se falar em atribuição da pontuação máxima.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. O(a) candidato (a) não apresentou em sua resposta nenhum dos objetos necessários para atribuição de pontuação.

ITEM 9 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 2,00. O(a) candidato (a) indicou a não aplicação do regime ordinário de forma excepcional, sendo, no seu entender, a aplicação a regra, ou seja, inverte a lógica das estatais. Contudo, ante a indicação de ressalvas, majora-se parcialmente a nota atribuída.

3 - PROTOCOLO (10269459818) - INSCRIÇÃO (1026001597429)

ITEM 1 - NOTA 3,00 MANTIDA. O texto possui erros gramaticais e de concordância.

ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. A prova atendei apenas um dos pontos do espelho.

ITEM 3 - NOTA 0,75 MANTIDA. O candidato apresentou resposta incompleta e recebeu a pontuação de acordo com o espelho.

ITEM 4 - NOTA 0,00 MANTIDA. O item i) da prova questiona taxativamente e o candidato não respondeu.

ITEM 5 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta não atendeu ao espelho de correção.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta não atendeu ao espelho de correção.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta não atendeu ao espelho de correção.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta não atendeu ao espelho de correção.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. A resposta não atendeu ao espelho de correção, senão vejamos: “Por fim, em relação ao sexto quesito, as empresas estatais se submetem ao regime ordinário de licitação, previstos na Lei 8.666/93 e na Lei 14.133/21.

4 - PROTOCOLO (10269460201) - INSCRIÇÃO (1026001614709)

ITEM 2 - NOTA 2,00 ALTERADA PARA 3,00. Recurso provido.

5 - PROTOCOLO (10269460203) - INSCRIÇÃO (1026001583072)

ITEM 3 - NOTA 0,75 MANTIDA. A pontuação atribuída ao item em apreço levou em consideração o fato de que a resposta apresentada pelo(a) candidato(a), embora afirme a necessidade de “lei ordinária que abarque a autorização para a criação dessas empresas estatais”, não explicitou que tal lei deve ser específica, como expressamente estabelece o art. 37, XIX da Constituição Federal, o que implica concluir não ser possível tal providência em uma lei ordinária genérica. Com efeito, para a criação de sociedades de economia mista e empresas públicas, há necessidade de autorização legislativa específica, previsão que decorre da Constituição da República (inc. XIX do art. 37) e dos incs. II e III do art. 5º do Decreto-Lei n. 200/1967. Por esses fundamentos, não há como atribuir nota máxima, como pretende o(a) candidato(a).

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Diversamente do que afirmado pelo(a) candidato(a) no recurso em apreço, o E. Supremo Tribunal Federal assentou tese de repercussão geral no sentido de que “É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial”. (Tema 532 - RE 633782). No referido precedente qualificado, a E. Suprema Corte analisou a constitucionalidade de sociedade de economia mista aplicar multa de trânsito, enquanto exercício do poder de polícia. Por seu turno, a resposta apresentada pelo(a) candidato(a) no item foi: “Não, elas não poderão exercer inerentes ao poder de polícia” (tópico 5, linhas 18/19), sem

explicitar qualquer exceção, tal como assentado pelo E. STF no precedente acima citado. Portanto, a resposta está em totalmente equivocada, razão pela qual não há como atribuir nota, como pretende o(a) candidato(a).

6 - PROTOCOLO (10269460206) - INSCRIÇÃO (1026001599684)

NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato assinou seu nome, identificando-se.

7 - PROTOCOLO (10269460208) - INSCRIÇÃO (1026001574757)

ITEM 1 - NOTA 3,00 MANTIDA. A pontuação máxima exige o cumprimento de todos os itens do espelho. Eventuais falhas gramaticais ou de concordância prejudicam a nota máxima.

ITEM 2 - NOTA 2,00 MANTIDA. A estrutura possui falhas e não atendeu plenamente os quesitos do espelho da prova.

ITEM 3 - NOTA 0,75 MANTIDA. A resposta não atendeu ao espelho da prova.

ITEM 4 - NOTA 0,75 MANTIDA. O candidato obteve a pontuação adequada a sua resposta que foi incompleta.

ITEM 6 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não respondeu de acordo com o espelho da prova (vide texto abaixo).

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não respondeu de acordo com o espelho da prova (vide texto abaixo).

ITEM 8 - NOTA 2,00 MANTIDA. O candidato recebeu a pontuação adequada pois apresentou resposta incompleta.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Conclusão óbvia que não foi apresentada na resposta. O candidato afirmou (do que se pode extrair) que "as empresas estatais, se submetem (ou subordinam), em regra, ao regime ordinário de licitação, devendo ser observadas as regras previstas nas Leis 8.666/93 e n.º 14.133/2021.

8 - PROTOCOLO (10269460210) - INSCRIÇÃO (1026001570787)

ITEM 3 - NOTA 0,75 MANTIDA. Candidato(a) abordou adequadamente a necessidade de criação por lei específica. No entanto, não atendeu integralmente ao espelho de correção, uma vez que não abordou que a criação da pessoa jurídica depende, na sequência, da confecção dos respectivos atos constitutivos, que definem sua estrutura e regras, os quais devem ser registrados nas instâncias competentes.

9 - PROTOCOLO (10269460216) - INSCRIÇÃO (1026001571847)

ITEM 2 - NOTA 1,00 MANTIDA. Não há cabeçalho, nem divisão em fundamentação e conclusão.

ITEM 5 - NOTA 1,50 MANTIDA. As estatais tem personalidade jurídica de direito privado.

ITEM 6 - NOTA 1,50 MANTIDA. Para a pontuação integral o candidato deveria indicar que as estatais podem explorar atividade econômica e/ou prestar serviços públicos. Como apenas mencionou a primeira atividade, foi pontuado parcialmente.

ITEM 7 - NOTA 2,00 MANTIDA. Para que o item fosse pontuado integralmente o candidato deveria apontar a regra geral e requisitos cumulativos para a exceção (serviço público próprio do Estado, exclusividade/não concorrencial, sem lucro). Não foi abordada a exceção.

10 - PROTOCOLO (10269460242) - INSCRIÇÃO (1026001607581)

ITEM 1 - NOTA 3,00 MANTIDA. O texto do parecer do candidato é relativamente curto e revela correção gramatical em significativa parte do conteúdo. Entretanto, também apresenta alguns erros que comprometem a clareza, a formalidade e a precisão gramatical e ortográfica requeridas. Por exemplo, o candidato utilizou a expressão "sociedade de economia mista" com inicial maiúscula apenas em "Sociedade". Contudo, segundo as normas gramaticais e de redação técnica/administrativa, substantivos comuns devem iniciar com letra minúscula. Outro trecho em que há erro é aquele no qual se lê "público e portanto sujeitos...", sem a devida pontuação para isolar "portanto". O uso da conjunção coordenativa conclusiva "portanto" exige vírgula antes e depois, para indicar a oração explicativa ou conclusiva: por exemplo, "público e, portanto, sujeitos...". A ausência da vírgula gera ambiguidade ou dificulta a compreensão da ideia. Por fim, o candidato formulou um trecho com construção problemática: "... necessidade de essas empresas se submeterem ao regime ordinário de licitações e os requisitos técnicos presentes nas leis...". Trata-se de erro de regência. O correto seria "necessidade de essas empresas se submeterem ao regime ordinário de licitações e aos requisitos técnicos presentes nas leis". Os equívocos gramaticais e de redação, ainda que pontuais, comprometem a formalidade e a clareza exigidas para peças dirigidas à banca examinadora. Por essas razões, entendo que a atribuição da nota máxima não é justificável. Dessa forma, mantém-se a nota originalmente atribuída à peça do candidato.

ANEXO II - Notas Definitivas da Prova Discursiva

1 - Residente Jurídico

| Nome | Inscrição | Peça Processual | Parecer | Total da Nota |
|---|-----------------|-----------------|---------|---------------|
| ADRIELLY SILVA SOUZA | 1026001590029-0 | 22,00 | 12,50 | 34,50 |
| ALCILANI PATRICIA MARCHESINI | 1026001604045-4 | 15,50 | 5,25 | 20,75 |
| ALEXIA VENTURIN CARVALHO SUZANO | 1026001599856-4 | 12,00 | 6,00 | 18,00 |
| ALINE ROCHA BRIDI | 1026001575054-7 | 24,50 | 8,50 | 33,00 |
| AMANDA ANDRADE SILVA | 1026001575305-7 | 27,50 | 10,50 | 38,00 |
| AMANDA RIBEIRO PEREIRA | 1026001578816-1 | 17,00 | 10,00 | 27,00 |
| AMANDA SOARES MENDES | 1026001571527-4 | 21,50 | 9,25 | 30,75 |
| AMANDA ZANELATO NOVAIS GOES DE ALMEIDA | 1026001604672-4 | 25,50 | 12,75 | 38,25 |
| AMON ABREU DOS SANTOS | 1026001602665-8 | 17,50 | 9,00 | 26,50 |
| ANA CAROLINA BATISTA MORELLATO | 1026001593639-5 | 32,50 | 23,25 | 55,75 |
| ANA CAROLINA SANTORIO ELER | 1026001590243-0 | 16,00 | 10,25 | 26,25 |
| ANA CAROLINA SOARES DA SILVA | 1026001573223-0 | 29,00 | 13,50 | 42,50 |
| ANA CLARA GUILHERME COUTINHO | 1026001609841-5 | 19,00 | 5,00 | 24,00 |
| ANA CLÁUDIA DE FIGUEIREDO | 1026001609435-5 | 17,00 | 10,50 | 27,50 |
| ANA CLÁUDIA VIEIRA DAMACENO | 1026001578730-1 | 16,00 | 9,00 | 25,00 |
| ANA JÚLIA SOUZA DO NASCIMENTO | 1026001568619-4 | 15,00 | 9,50 | 24,50 |
| ANA MARIA CUZZUOL BARRETO | 1026001595344-1 | 24,00 | 26,00 | 50,00 |
| ANDRYNE ALMEIDA SANTANA | 1026001604398-4 | 8,00 | - | 8,00 |
| ARTHUR ALTOÉ DE ARAUJO | 1026001607581-9 | 24,00 | 9,50 | 33,50 |
| ASTA JOSE DE FREITAS MOURA | 1026001614449-1 | 20,00 | 9,50 | 29,50 |
| AYRTON LUCAS BRÊDA COLATTO | 1026001575041-7 | 28,00 | 14,75 | 42,75 |
| BÁRBARA LETÍCIA ARAÚJO FERREIRA DE MENDONÇA | 1026001575391-7 | 31,00 | 27,25 | 58,25 |
| BEATRIZ ELISA SUBTIL ROZA | 1026001596970-0 | 28,00 | 12,75 | 40,75 |
| BEATRIZ RAMOS DE ANDRADE | 1026001575154-7 | 19,00 | 19,00 | 38,00 |
| BEATRYZ PENIDO | 1026001605289-2 | 30,00 | 9,50 | 39,50 |
| BRENDA OLIVEIRA ARANDIBA | 1026001604998-4 | 22,50 | 13,00 | 35,50 |
| BRUNA MARQUES DA VITÓRIA | 1026001610066-9 | 22,50 | - | 22,50 |
| CAMILA DA SILVA BULGARELLI | 1026001574757-9 | 18,50 | 11,50 | 30,00 |
| CAMILA LIMA DE FREITAS | 1026001609375-5 | 13,50 | 8,75 | 22,25 |

| Nome | Inscrição | Peça Processual | Parecer | Total da Nota |
|--|------------------|------------------------|----------------|----------------------|
| CAROLINY MUNIZ SANTANA | 1026001568724-4 | 27,00 | 23,00 | 50,00 |
| CECÍLIA GUIMARÃES ALVES SENA | 1026001570557-6 | 28,50 | 22,50 | 51,00 |
| CLARA PERES PEREIRA | 1026001589084-7 | 23,00 | 15,50 | 38,50 |
| CLAUDIMARA GEIÇA FELIX DA SILVA | 1026001599684-4 | 15,00 | 0,00 | 15,00 |
| CLÉIA PINTO RIBEIRO | 1026001591885-9 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| CRISTIANE CRIVELARI PEREIRA DOS SANTOS | 1026001576310-5 | 17,50 | 9,25 | 26,75 |
| DANIEL ZANOTELLI BAILKE | 1026001612009-5 | 9,00 | 9,25 | 18,25 |
| DANIELA DOS SANTOS DE SOUZA | 1026001614160-1 | 10,00 | 8,50 | 18,50 |
| DAYSIANE KRISTIE DOS SANTOS RODRIGUES | 1026001614833-1 | 10,00 | 7,00 | 17,00 |
| DEYVISON DARISON FHELBERG VIEIRA | 1026001597429-8 | 11,00 | 4,75 | 15,75 |
| DEYZIANE BOAVENTURA DOS SANTOS | 1026001577699-3 | 14,00 | 8,25 | 22,25 |
| DIANA VALÉRIA FERREIRA DA SILVA | 1026001611393-7 | 17,00 | 13,00 | 30,00 |
| EDUARDO MAIA VIEIRA SILVA | 1026001604318-4 | 9,00 | 8,25 | 17,25 |
| ELIZELMA FALCAO CARRICO | 1026001580126-3 | 11,00 | 12,50 | 23,50 |
| EMILY RAMOS MARQUES | 1026001610478-9 | 21,00 | 23,50 | 44,50 |
| ENZO DANIEL LOUREIRO | 1026001571056-4 | 23,00 | 16,75 | 39,75 |
| EVANDRO MILITÃO MARTINS JÚNIOR | 1026001613511-3 | 27,00 | 16,25 | 43,25 |
| EVANILDO LUIZ ACERBI NUNES NETO | 1026001583572-8 | 25,00 | 10,25 | 35,25 |
| FERNANDA ANDRADE RIBEIRO | 1026001608402-7 | 22,00 | 11,25 | 33,25 |
| FERNANDA LEAL DOS SANTOS | 1026001573618-0 | 23,50 | 19,25 | 42,75 |
| FERNANDA SANDER COSTA | 1026001573217-0 | 24,00 | 17,75 | 41,75 |
| GABRIEL FERREIRA ZEFERINO | 1026001612397-5 | 0,00 | 14,25 | 14,25 |
| GABRIEL FRAGA GROSSI | 1026001588011-9 | 23,00 | 17,75 | 40,75 |
| GABRIEL LOPES DE SOUSA | 1026001603452-6 | 27,00 | 12,50 | 39,50 |
| GABRIEL RAIMUNDO AFONSO | 1026001572301-2 | 22,00 | 7,50 | 29,50 |
| GABRIEL ZIVIANI NOVELLI | 1026001606090-0 | 26,00 | 15,25 | 41,25 |
| GABRIELA NOVAIS GONÇALVES CARNEIRO | 1026001568626-4 | 25,00 | 18,50 | 43,50 |
| GABRIELA SCABELO DUQUE | 1026001576346-5 | 19,00 | 18,00 | 37,00 |
| GABRIELLA SOARES PAGANINI | 1026001568863-4 | 25,00 | 12,25 | 37,25 |
| GABRIELLE VIANNA STANZANI | 1026001583171-8 | 22,50 | 10,00 | 32,50 |
| GEÓRGIA MARTINS RAMOS | 1026001613448-3 | 25,00 | 15,75 | 40,75 |
| GLEICE MENDONÇA SILVA | 1026001576549-5 | 16,50 | 0,00 | 16,50 |
| GLENDIA RENATA FARIA MAGALHÃES | 1026001596987-0 | 14,00 | 14,50 | 28,50 |
| GUILHERME DEPS CABRAL | 1026001570787-6 | 33,00 | 25,25 | 58,25 |
| GUILHERME PORTO GOMES | 1026001611524-7 | 15,00 | 9,75 | 24,75 |
| GUSTAVO SOFIATI ZANI | 1026001593921-5 | 20,50 | 14,75 | 35,25 |
| HELENA SPERANDIO MENELLI | 1026001575035-7 | 21,00 | 17,75 | 38,75 |
| HELENA TAFURI PORPHIRIO | 1026001614709-1 | 33,00 | 26,00 | 59,00 |
| HENRIQUE GREGORIO ZASLAWSKI | 1026001582207-0 | 22,00 | 14,00 | 36,00 |
| HUDSON DOS SANTOS FONSECA | 1026001614806-1 | 11,50 | 3,75 | 15,25 |
| IARA FRANCO LEONE | 1026001575403-7 | 27,00 | 15,00 | 42,00 |

| Nome | Inscrição | Peça Processual | Parecer | Total da Nota |
|-------------------------------------|------------------|------------------------|----------------|----------------------|
| ISABELA JESUS KLIPPEL | 1026001579589-0 | 11,00 | 5,00 | 16,00 |
| ISABELLA SANT ANA DE OLIVEIRA | 1026001574070-9 | 23,00 | 15,50 | 38,50 |
| ISADORA RANGEL PAGANOTTE DOS PASSOS | 1026001571111-4 | 27,50 | 17,00 | 44,50 |
| ISIS ZAMPROGNO ZANOTELLI | 1026001568464-4 | 30,00 | 21,50 | 51,50 |
| IURY DAVI MESQUITA ALVARENGA | 1026001573123-0 | 28,00 | 21,75 | 49,75 |
| JACKELINE SANTOS ROMA | 1026001572434-2 | 12,00 | 10,75 | 22,75 |
| JOÃO PEDRO GOMES COELHO | 1026001610203-9 | 10,00 | 21,50 | 31,50 |
| JOAO VICTOR FONSECA EDUARDO | 1026001613683-3 | 29,00 | 9,50 | 38,50 |
| JOÃO VICTOR PEREIRA GOMES DE SOUZA | 1026001599631-4 | 20,00 | 20,25 | 40,25 |
| JULIA DA SILVA FLORES GOMES | 1026001570205-6 | 28,00 | 21,50 | 49,50 |
| JULIANA SARAIVA LIBORIO | 1026001595413-1 | 24,00 | 9,25 | 33,25 |
| JULYANA COELHO DOS SANTOS | 1026001604770-4 | 24,00 | 9,75 | 33,75 |
| KALINE PINHEIRO WESTPHAL | 1026001610013-9 | 27,00 | 11,00 | 38,00 |
| KAREN ALMEIDA DE ASSIS | 1026001614400-1 | 4,00 | 8,25 | 12,25 |
| KASSIA LUIZA VILELA HOTE MUDESTO | 1026001614411-1 | 38,00 | 27,25 | 65,25 |
| KELY CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS | 1026001598051-6 | 23,00 | 2,25 | 25,25 |
| KLARA NINA VIEIRA DE SIQUEIRA | 1026001576282-5 | 22,50 | 7,50 | 30,00 |
| LAÍS SILVA NOGUEIRA | 1026001597263-8 | 16,50 | 10,00 | 26,50 |
| LAURA MEYKO DA SILVA SHIMAKURA | 1026001612823-5 | 27,00 | 11,00 | 38,00 |
| LETICIA BÁRBARA LOCATELLE | 1026001568823-4 | 23,00 | 12,00 | 35,00 |
| LÍDIA ALVES BRANDAO | 1026001576021-5 | 18,00 | 22,00 | 40,00 |
| LIDIANE DELGADILHO COIMBRA | 1026001568672-4 | 17,50 | 9,75 | 27,25 |
| LÍVIA MARIA CAMPOS PACHECO | 1026001588968-9 | 11,00 | 11,50 | 22,50 |
| LOIANNY SILVA KIRMES | 1026001576651-5 | 24,50 | 16,25 | 40,75 |
| LORIANE PAULA MARIA | 1026001594708-3 | 18,50 | 13,50 | 32,00 |
| LUANA TELES DOS ANJOS CAMARGO | 1026001568591-4 | 20,00 | 20,50 | 40,50 |
| LUCAS DE OLIVEIRA COELHO | 1026001568351-4 | 16,50 | 6,25 | 22,75 |
| LUCAS DUARTE BRAGA | 1026001578156-1 | 21,50 | 8,00 | 29,50 |
| LUCAS VIEIRA COSTA | 1026001570346-6 | 29,50 | 26,25 | 55,75 |
| LUCIANA BALLIANA KOCK | 1026001590324-0 | 29,00 | 19,25 | 48,25 |
| LUCIER MARANGONI NETO | 1026001596723-0 | 24,50 | 21,00 | 45,50 |
| LUDMILA MENDES DE SOUZA | 1026001594696-3 | 23,00 | 13,00 | 36,00 |
| LUÍSA OLIVEIRA GASPARINI | 1026001593234-5 | 22,00 | 6,50 | 28,50 |
| LUÍSA THOMÉ POLDI VELLOZO TADDEI | 1026001576007-5 | 25,00 | 14,50 | 39,50 |
| LUZIELLY OLGA DE SOUZA RAVANI | 1026001573279-0 | 28,00 | 24,25 | 52,25 |
| MAIARA NEVES GARCIA | 1026001614290-1 | 25,00 | 10,25 | 35,25 |
| MARCELO ZACCHÉ DE CARVALHO | 1026001592384-7 | 28,00 | 12,50 | 40,50 |
| MARCOS MENEZES DA SILVA | 1026001595334-1 | 14,00 | 18,50 | 32,50 |
| MARIA JUNQUEIRA SALES | 1026001600332-1 | 33,00 | 27,25 | 60,25 |
| MARIA VICTORIA COSTA MADEIRA | 1026001570605-6 | 20,00 | 11,00 | 31,00 |
| MARIANA LISSA ALMEIDA OBRELLI | 1026001574527-9 | 13,00 | 8,50 | 21,50 |

| Nome | Inscrição | Peça Processual | Parecer | Total da Nota |
|--|------------------|------------------------|----------------|----------------------|
| MARÍLIA DIAS TESCH | 1026001606247-0 | 20,50 | 6,50 | 27,00 |
| MARINA SENA MENDES | 1026001571847-4 | 19,00 | 16,25 | 35,25 |
| MATEUS HENRIQUE VEREDIANO DOS SANTOS | 1026001614912-1 | 20,00 | 12,00 | 32,00 |
| MATHEWS DOS SANTOS COLODETE | 1026001604356-4 | 16,00 | 9,00 | 25,00 |
| MAYSA ELLEN PIRES DE SOUSA RAMOS | 1026001583513-8 | 23,50 | 10,00 | 33,50 |
| MICHELE CRISTINA BOTASSI | 1026001610779-9 | 25,00 | 8,25 | 33,25 |
| MILENNA DE OLIVEIRA DOS SANTOS | 1026001568608-4 | 22,00 | 9,50 | 31,50 |
| MIRELLA PASCOAL LOSS | 1026001569836-2 | 21,00 | 8,50 | 29,50 |
| MONIQUE TEIXEIRA CARDOZO SANTANA | 1026001602250-8 | 24,00 | 12,50 | 36,50 |
| MURILO CAMPONEZ GRACIOTTI | 1026001575513-7 | 20,00 | 14,00 | 34,00 |
| NAARA DE MATTOS PALETTA | 1026001589448-7 | 22,00 | 12,75 | 34,75 |
| NÁDIA CORRÊA BATISTA | 1026001574329-9 | 21,50 | 17,50 | 39,00 |
| PÂMELA ENDLICH GIRO LUNS | 1026001591520-9 | 25,00 | 9,00 | 34,00 |
| PÂMELA PAGUNG RAMOS | 1026001608438-7 | 20,50 | 11,75 | 32,25 |
| PAMELA SANTOS DE AVILA | 1026001610805-9 | 9,50 | - | 9,50 |
| PAULO BRUNO SANTANA SANTOS | 1026001571962-4 | 24,50 | 14,50 | 39,00 |
| PEDRO FILIPE DIAS FREIRE | 1026001580448-3 | 21,50 | 18,75 | 40,25 |
| PEDRO HENRIQUE FRANKLIN DA CRUZ | 1026001605218-2 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PEDRO HENRIQUE SMARZARO | 1026001610270-9 | 22,50 | 13,00 | 35,50 |
| PEDRO LUCAS GOMES PEDRETTI | 1026001573964-0 | 24,00 | 15,25 | 39,25 |
| RAFAELA GOMES DE LIMA | 1026001613564-3 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RAFAELA VALENTIM DA SILVA | 1026001579120-0 | 30,00 | 14,50 | 44,50 |
| RAQUEL BRAZ SCARPE MORGAN | 1026001592873-7 | 31,00 | 16,75 | 47,75 |
| SARA ALVES WAGNER | 1026001599224-4 | 25,00 | 21,25 | 46,25 |
| SARA BATISTA DE CASTRO | 1026001570923-6 | 19,00 | 20,25 | 39,25 |
| SILVESTRE MAGNAGO DE MATTOS PANCIERE | 1026001596983-0 | 29,00 | 16,75 | 45,75 |
| SOPHIA SCHWARZ TÓTOLA | 1026001575662-7 | 20,50 | 16,50 | 37,00 |
| TALES FARIA ROCHA | 1026001572759-2 | 29,50 | 29,25 | 58,75 |
| THAIS BASTOS NASCIMENTO | 1026001612619-5 | 29,00 | 19,00 | 48,00 |
| THAIS DE PAULA D AVILA REZENDE | 1026001583072-8 | 21,00 | 12,25 | 33,25 |
| THAIS TEIXEIRA DA SILVA | 1026001571010-4 | 17,00 | 14,00 | 31,00 |
| THAYS CRISTINY VASCONCELOS CAMPELLO | 1026001575746-7 | 27,50 | 15,50 | 43,00 |
| VICTÓRIA FACHETTI JEVEAUX | 1026001573269-0 | 33,00 | 27,25 | 60,25 |
| VIRGINIA CAROLINE SARAIVA GOMES DE ALMEIDA | 1026001613345-3 | 28,00 | 15,50 | 43,50 |
| VITOR TEIXEIRA RAMPAZZO BOWEN | 1026001614280-1 | 24,00 | 17,75 | 41,75 |
| VITOR TRANCOSO FERNANDES | 1026001577308-3 | 23,50 | 9,75 | 33,25 |
| WASHINGTON DE SOUSA ALVES | 1026001609242-5 | 24,50 | 14,75 | 39,25 |
| WESLEY NASCIMENTO SESANA | 1026001607427-9 | 31,00 | 28,25 | 59,25 |
| WILIAN AMORIM FERREIRA | 1026001603567-6 | 26,00 | 18,00 | 44,00 |
| WILKER SANTOS TOMAZ | 1026001613267-3 | 21,00 | 15,75 | 36,75 |

Assinatura total no cargo: 5.233,00

Assinatura total todos os cargos: 5.233,00

Total de Candidatos: 151